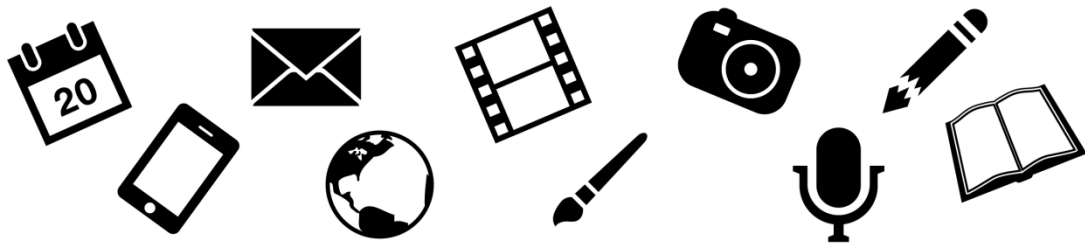




**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

11, 12 e 13 de abril de 2015

Diário Catarinense
Cacau Menezes
"Sem dormir"

Rua Deputado Antônio Edu Vieira / UFSC / Engenharia Mecânica / Som alto

SEM DORMIR
MORADORES DA RUA DEPUTADO ANTÔNIO EDU VIEIRA, VIZINHOS DA UFSC, NÃO SUPORTAM MAIS FICAR SEM DORMIR COM O SOM ALTO DOS CARROS ESTACIONADOS DENTRO DA UFSC, EM FRENTE AO PRÉDIO DA ENGENHARIA MECÂNICA, ATÉ ALTAS HORAS, TODAS AS NOITES, INCLUSIVE SEGUNDA-FEIRA, ONDE O QUE NÃO FALTA É FESTA. AO AR LIVRE. SEM HORA PRA ACABAR.

Diário Catarinense
Diário do Leitor
"Comentários"

Militares / 1964 / Democracia / Fidel Castro / União Soviética / Brasil / Socialismo / Esquerda / Venezuela / UFSC / BR-282 / Sergio Colle / Rudi Batistello

COMENTÁRIOS

1964
Os militares que estabeleceram o regime de exceção em 31 de março de 1964, conforme relatado em artigo publicado no DC de 8/4, salvaram a democracia brasileira da ameaça comunista de então, a serviço de Fidel Castro e da União Soviética. Cumpriram honradamente o dever pátrio. Entretanto, os mesmos agentes da esquerda infiltrados nos governos daquele tempo estão hoje no poder, desta vez aparelhando o Estado com o dinheiro roubado do povo, novamente para transformar o Brasil num país socialista, mesmo que o socialismo tenha falhado em todos os países cujo povo foi iludido pelos discursos demagógicos da esquerda. Como ficou evidenciado na manifestação de 15/3, o Brasil provou que não é e não será uma Venezuela, mesmo com o desgoverno da dupla PT-PMDB.

SERGIO COLLE
Florianópolis

Quero dizer ao leitor Marco Kohler que os militares construíram a UFSC, a BR-282, a 101, todos os grandes hospitais públicos e as escolas. Meu pai foi vereador do MDB, não ganhava nada e cassou dois colegas da Arena. Nunca levou um tapa ou foi advertido. Essa história de barbáries não cola. Hoje sim, bandidos barbarizam o país.

RUDI BATISTELLO
Chapecó

Diário Catarinense
Diário do Leitor
"UFSC"

UFSC / Barulho na UFSC / Administração Central / Universidade Federal de Santa Catarina / Pantanal / Carvoeira / Reitoria / Segurança / Polícias Civil e Militar / Centro Tecnológico

COMENTÁRIOS

UFSC

A respeito da carta "Barulho na UFSC", publicada na edição do dia 10 de abril do Diário Catarinense, a Administração Central da Universidade Federal de Santa Catarina esclarece que: (1) desde o final de 2014, os portões da instituição nos bairros Pantanal e Carvoeira são fechados durante a semana após as 23 horas e durante todo o dia aos sábados e domingos, por questões de segurança. A medida visa a evitar o acesso de carros de som que causavam incômodos à vizinhança do campus; (2) na rua citada pelo leitor há bares que produzem barulho à noite, e sobre esta questão a Reitoria da Universidade não tem qualquer ingerência; (3) desde 2012, a Reitoria mantém contatos permanentes com as polícias Civil e Militar para tratar de questões relativas à segurança no campus e em seu entorno, e ações e estratégias já foram adotadas para reduzir o número de ocorrências na região; (4) estão em andamento medidas para restringir o acesso, após as 23 horas, ao estacionamento da

UFSC que fica em frente aos bares citados, franqueando-se o acesso apenas a docentes e discentes que desenvolvam atividades acadêmicas de pesquisa e extensão à noite, nas dependências do Centro Tecnológico.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UFSC
Florianópolis

Diário Catarinense
Notícias

“Dreno de verbas na universidade pública do país”

Verbas / Universidade pública / Instituições de ensino superior / Empresas / Negócios / Ilegalidades / Conflitos éticos / Interação / Zero Hora / Diário Catarinense / Gazeta do Povo / O Estado de São Paulo / O Globo / Falta de transparência / Fundações acadêmicas / Conflito ético / Atividade irregular / Pesquisadores-bolsistas / Petrobras / Paraná / Licitações / Rio Grande do Sul / Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público / UFSC / Prestação de contas / Brasil / Caixa-preta / Governo federal / ONG Contas abertas / Lei de Acesso à Informação / Portais de transparência federal e estaduais / Universidades públicas brasileiras / Dedicção Exclusiva / DE / Decreto presidencial 94.664 de 1987 / UFRGS / Universidade Federal de Santa Maria / UFSM / Ministério Público Federal / MPF / Instituto de Geociências da UFRGS / Convênios / Juliano Kuchle / Claiton Marlon dos Santos Scherer / Paulo Alves de Souza / British Gas / Andes-SN / Paulo Rizzo / Universidade Federal de Santa Catarina / Universidade–empresas / Heider Aurélio Pinto / Ministério da Saúde / Brasília / Programa Mais Médicos / Rui Oppermann / Stela Nazareth Meneghel / Rede Governo Colaborativo em Saúde / DNIT / Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes / Plano de Aceleração do Crescimento / PAC / Mato Grosso do Sul / Bahia / Manaus / UFPR / Controladoria Geral da União / CGU / Florianópolis / Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária / FAPEU / Sistema de Convênios do Governo Federal / Siconv / Gilberto Vieira Ângelo / 25ª Promotoria de Justiça / Carlos Vieira / Carlos Alberto Rambo / Fundações de apoio / São Paulo / USP / Unesp / Unicamp / Universidade Estadual de Campinas

DIÁRIO CATARINENSE O ESTADO DE S. PAULO GAZETA DO POVO O GLOBO ZH

Dreno de verbas na universidade pública do país

Realizada em conjunto em cinco Estados brasileiros, reportagem mostra como as relações entre instituições de ensino superior e empresas abrem brechas para negócios e ilegalidades com recursos que deveriam ser aplicados em conhecimento e pesquisa

Notícias | 8 a 16



Poucos questionam a necessidade de as universidades públicas se abrirem para uma relação com outras empresas e os benefícios dessa interação, tanto para a academia quanto para a sociedade. Porém, o modelo também abre espaço para irregularidades. Proliferam-se negócios que resultam em mais lucros para alguns indivíduos do que para a comunidade – que deveria ser a beneficiária maior de um organismo sustentado com dinheiro público. Contratos obscuros envolvem professores que são, em alguns casos, docentes e donos das empresas beneficiadas – o que é proibido por lei.

Reportagem realizada em cinco Estados brasileiros por Zero Hora, Diário Catarinense, Gazeta do Povo, O Estado de S. Paulo e O Globo fez uma radiografia das instituições que são berçários do conhecimento e da pesquisa do país. E constatou que as relações sofrem com falta de transparência.

Fundações acadêmicas são usadas, por exemplo, para mediar serviços de cifras milionárias e que, muitas vezes, nada têm a ver com os objetivos das universidades. É o caso de obras públicas que deveriam ser licitadas, mas cuja concorrência é burlada mediante o uso de especialistas convocados nas universidades. Já os professores, alguns com regime de dedicação exclusiva à academia, multiplicam salários com trabalhos paralelos – mesmo que isso signifique, em certos casos, conflito ético ou atividade irregular.

Tudo isso ocorre porque brechas em um sistema pouco transparente facilitam o desvio de uma função fundamental dos convênios: manter a universidade atualizada e evitar que o conhecimento produzido permaneça enclausurado na academia.

No Rio, O Globo mostra que seis professores contratados por dedicação exclusiva faturaram

R\$ 10 milhões a mais como pesquisadores-bolsistas e ainda são sócios de empresas subcontratadas sem licitação em serviços para a Petrobras (embora recebam para se dedicar apenas à academia). No Paraná, a Gazeta do Povo explica como a universidade é usada para driblar licitações de conserto de estradas. No Rio Grande do Sul, Zero Hora comprova que alguns docentes são mais bem pagos por hora trabalhada fora da universidade do que dentro (algo contraditório com a dedicação exclusiva que abraçaram). O Estado de S. Paulo revela que negócios paralelos têm colocado as três universidades estaduais de São Paulo na mira de tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. Na UFSC, o Diário Catarinense apurou que o volume de recursos movimentados pelas quatro fundações é alto, mas a transparência, não. Órgãos de controle apontam falhas na prestação de contas.

BRASIL TEM MAIS DE 2,5 MIL FUNDAÇÕES

Fundações, aliás, são parte fundamental da caixa-preta das universidades. Entre janeiro de 2013 e julho de 2014, elas receberam R\$ 1,4 bilhão do governo federal, conforme levantamento feito pela ONG Contas Abertas. Mais de 2,5 mil fundações trabalham com o meio acadêmico brasileiro e são usadas cada vez mais na intermediação de serviços. Muitas são entidades criadas e geridas por docentes que participam da direção da universidade, com frequência em flagrante conflito de interesses.

Quem perde com tudo isso? Os alunos, quando parte do esforço da universidade pública é desviada para finalidades não acadêmicas.

COMO FOI FEITO

Na investigação, os repórteres utilizaram a Lei de Acesso à Informação e também ferramentas fundamentais para o conhecimento de dados, como os portais de transparência federal e estaduais.

Os jornalistas ouviram 105 pessoas e pesquisaram mais de 3,2 mil páginas de documentos entre inquéritos, processos administrativos, acordãos, relatórios de auditorias, contratos, convênios, planilhas de pagamento e notas fiscais.

DEDICAÇÃO NEM TÃO

HUMBERTO TREZZI
Zero Hora

Para estimular que docentes coloquem todos seus esforços na formação dos alunos, as universidades públicas brasileiras decidiram pagar um extra de até 50% sobre o salário-base. É a chamada Dedicção Exclusiva (DE). E, para garantir que não existam distorções nessa função tão nobre, uma série de regras foram criadas. O artigo 14 do decreto presidencial 94.664 de 1987 estabelece, por exemplo, que o professor da carreira do magistério superior submetido à Dedicção Exclusiva tem como obrigação "prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada". Já a lei federal 12.863, promulgada em setembro de 2013, permite atividade extraclasse ao detentor de DE "apenas quando eventual". O máximo é de 240 horas anuais de trabalho externo (ou 120, quando não autorizadas pelos chefes).

Nada disso consegue evitar que, em entidades gaúchas de ensino superior, boa parte do empenho dos professores aconteça longe da sala de aula. Alguns serviços extraclasse não são tão eventuais. Em cursos da UFRGS, professores que possuem DE recebem quantias substanciais realizando projetos ou serviços para grandes empresas. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), outros atuam em consultórios particulares.

De exclusiva, a atividade exercida por eles tem muito pouco. Por isso o Ministério Público Federal (MPF) abriu, em dezembro, uma investigação sobre parcerias firmadas pelo Instituto de Geociências da UFRGS. A lista de trabalhos externos desse instituto soma mais de 70 convênios envolvendo variados docentes do curso nos últimos anos. O levantamento é de procuradores da República, que desejam saber se os docentes envolvidos seguem a legislação da DE. Alguns professores trabalham em dois convênios por ano ou até mais: a suspeita é que a eventualidade virou regra.

Serão checados convênios firmados por geólogos como **Juliano Kuchle**, **Claiton Marlon dos Santos Scherer** e **Paulo Alves de Souza**, que desenvolvem vários projetos de forma concomitante com aulas. Cada um deles teve aprovados em 2014 pelo menos dois convênios externos. Em um convênio com a petrolífera BG (British Gas), Kuchle receberá R\$ 216 mil; Scherer, R\$ 135 mil; e Souza, R\$ 116 mil para trabalhar entre 2014 e 2016 no projeto "Estudo Geológico Integrado da Formação Mucuri da Bacia do Espírito Santo", vinculado à extração do pré-sal. Chamou a atenção do MP que, caso esses docentes trabalhem no total as 156 horas previstas (cada), vão receber em média R\$ 1 mil por hora nesse serviço. Isso representaria cerca de 10 vezes mais que a média recebida como professores com Dedicção Exclusiva, que é de R\$ 87 por hora de trabalho — conforme cálculo do Sindicato Nacional de Docentes de Ensino Superior (Andes-SN) repassado a Zero Hora. Não é um caso isolado. Juliano deve receber ainda mais R\$ 72 mil por outro projeto aprovado em

Os docentes da Geociências recebem

R\$ 1 mil

por hora no convênio externo.

Em sala de aula, a média é de

R\$ 87

por hora.

124	Irpossibilidade de haver sub-contratações nos projetos. O Plenário discutiu sobre os pontos mais relevantes, a servidora técnica-administrativa Maria Cristina Pons da Silva pronunciou-se desfavoravelmente ao pagamento de bolsas por parte de projetos a servidores da universidade. Em seguida, os professores Claiton Marlon dos Santos
125	Scherer pronunciou-se favoravelmente a concessão de bolsas. Após intensa discussão
126	o plenário decidiu colter declarações dos docentes referentes aos pontos mais
127	relevantes, conforme segue: os professores Juliano Kuchle, Claiton Marlon dos Santos
128	Scherer e Paulo Alves de Souza DECLARAM , diante do Plenário, que a carga horária
129	destinada pelos mesmos ao projeto em comento não excede a carga horária total
130	previada no art. 4º, §1º da Decisão 193/2011 — CONSUN. Os professores Juliano
131	
132	
133	

Denominação: Contribuições, Instruções, Unidade	
Valor Previsto: R\$ 109.372,77	
Observação: Contribuição Inst. de Geociências	
Denominação: Taxas Administrativas, Fundações	
Valor Previsto: R\$ 109.372,77	
Observação: Taxa de Administração PLE - Laísela propian	
Valor Total Previsto: R\$ 6.437.065,00	

Administração Financeira	
Valor Receita Previsto	R\$ 6.437.065,00 Reais
Valor Despesa Previsto	R\$ 6.437.065,00 Reais
Saldo: R\$ 0,00 Reais	
Órgão: Fundação LUC Enjele C	
Tipo: OUTRAS FUNDACÕES	
Destinação do Saldo: Conta Especial da UFRGS / Unidade	

Ata de reunião do Conselho do Instituto de Geociências (E) mostra contrariedade com o pagamento em projetos fora da UFRGS.

Proposta de estudos geológicos externos demonstra que a faculdade leva apenas 1,7% das verbas

2014 e Claiton Scherer, R\$ 36 mil, com dezenas de horas trabalhadas, cada. A hora de trabalho deles nesses convênios também equivale a 10 vezes o padrão para a hora de Dedicção Exclusiva no sistema de ensino federal. Já o terceiro autor do projeto da Formação Mucuri, Paulo Alves de Souza (que já vai receber R\$ 116 mil por esse trabalho), também conseguiu aprovar outro projeto em 2014.

A Procuradoria da República investiga se, ao ganharem em alguns convênios mais dinheiro fora do que dentro da universidade (proporcionalmente), os professores entram em conflito de interesses. Na investigação será analisado se os valores são compatíveis com os serviços, se extrapolam em muito os vencimentos dos professores, se conseguem concluir o serviço com as horas contratadas e se há desvio de função dos docentes. O currículo de Claiton Marlon Scherer, por exemplo, menciona envolvimento dele em pelo menos seis projetos com petrolíferas nos últimos quatro anos — além dos dois aprovados agora. O MPF quer saber se esse tipo de envolvimento permite cumprir as regras de Dedicção Exclusiva à universidade.

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo (docente da Universidade Federal de Santa Catarina), vê restrições éticas na avalanche de convênios universidade-empresas. Professores que atuam muito fora da academia ensinam menos e pior quando estão desfocados, acredita. Ele não é contra que

O que diz o professor
CLAITON DOS SANTOS SCHERER

Estou com dois projetos externos à UFRGS, mas não são prestação de serviço. São de pesquisa ou extensão. Cumpro a lei. Os valores não são irregulares, são a média nesses projetos, assim como o que é repassado à universidade.

O que diz o professor
PAULO ALVES DE SOUZA

Todos os projetos de que participo foram aprovados em várias instâncias. E trabalho bastante. Cumpro na UFRGS carga horária maior que a média, de até 11 horas por dia. Tenho um currículo bem nutrido, até por isso sou procurado pelas empresas.

O que diz o professor
JULIANO KUCHLE

Não fazemos serviços, mas pesquisa acadêmica que resulta em conhecimento aplicado, para a universidade e os alunos, para a sociedade. É uma interação constante, riquíssima como aprendizado. E somos colaboradores eventuais, não empregados fora, o que seria ilegalidade.

EXCLUSIVA ASSIM

atuem fora da sala de aula eventualmente, desde que esta exceção não vire regra.

— As universidades produzem conhecimento novo, e não devem vender serviços de saberes já existentes e socializados. Ou os docentes vão competir com os profissionais que formam.

Nas reuniões para aprovação de projetos do Instituto de Geociências há debate interno sobre tamanhos e valores dos convênios. Alguns colegas dos beneficiados são contrários a esses projetos com remuneração externa. Dizem que os trabalhos não são eventuais (exigência para quem tem DE), já que certos projetos ultrapassam 20 meses cada um.

Outros questionam: como fazer as pesquisas de campo — longe da UFRGS, em viagens — e manter as aulas em dia? Os cursos fiscalizam mesmo se a consultoria externa cumpre as horas acertadas no papel ou não? Difícil checar, já que os docentes (mesmo com Dedicção Exclusiva) são dispensados do controle de frequência no Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia.

A discussão sobre trabalho externo esconde um debate maior, de fundo ideológico. Uma corrente de professores na UFRGS crê que alguns colegas têm abusado de convênios, bancados por multinacionais, já que a Dedicção Exclusiva pela qual recebem deveria ser suficiente para abraçarem apenas a universidade. Acham que as multinacionais buscam a UFRGS, a peso de ouro, para dar respeitabilidade aos seus projetos.

Outra linha de pesquisadores quer ampliar a interação com empresas. O diretor do Instituto de Geociências, André Mexias, é um dos defensores. Ele garante que seus subordinados cumprem à risca as obrigações em sala de aula, além de trazerem recursos à UFRGS.

— Muitos trabalhos de pesquisa externa pagam melhor, mas os professores são procurados pelas empresas. Desde que não deixem de fazer suas obrigações na UFRGS, OK. Seus projetos passaram por várias instâncias de análise — pondera.

O vice-reitor da UFRGS, Rui Oppermann, defensor convicto de maior interação com empresas, afirma que os valores recebidos pelos professores nesses convênios não podem ser medidos em horas-aula. Isso porque envolvem pesquisa e resultados não mensuráveis com mera presença na universidade.

— Não se pode comparar aula dada com a pesquisa de ponta feita para uma petroleira — rebate.

Mas a interação com o meio privado não é ponto pacífico. O professor Rualdo Menegat, chefe do Departamento de Estratigrafia da Geociências (onde trabalham os professores Juliano, Claiton e Paulo), diz que o debate é grande e afirma que ele, por exemplo, não trabalha fora da UFRGS.

— Sou 100% acadêmico, 100% universidade federal — posiciona-se.

A UNIVERSIDADE É QUEM MENOS LUCRA

A interação entre o mundo acadêmico e o empresarial, além de manra dos reitores (por garantir recursos extras e prestígio à universidade pública), virou um complemento na renda de docentes. É o que mostra o levantamento dos projetos de extensão, pesquisa, cooperação e serviços prestados por professores da UFRGS para empresas públicas ou privadas.

Foi analisada uma lista de 98 projetos de interação universidade-empresa realizados em 2014 pela UFRGS. O relatório foi fornecido pela própria universidade, mediante solicitação feita com base na Lei de Acesso à Informação.

Os números indicam que a interação é um bom negócio financeiro. No levantamento repassado pela UFRGS, esses projetos envolvendo empresas externas somam R\$ 26 milhões ao longo de um ano. Os professores ficam com boa parte dos R\$ 26 milhões: R\$ 4 milhões (17%). O curioso é o percentual que fica para os cofres da universidade: apenas 5%. A UFRGS recebeu R\$ 1,27 milhão ao longo de 2014 nos convênios, que incluem a permissão a que seus professores exerçam atividades fora das

salas de aula. Já as fundações ligadas à universidade ficaram com R\$ 1,1 milhão. O vice-reitor da UFRGS, Rui Oppermann, diz que os 5% da universidade são apenas nominais.

— Esses são os repasses de custeio, mas o ganho real da UFRGS é muito maior. Ganhamos equipamentos, químicos para laboratório, temos divulgação do bom nome da universidade. Os alunos recebem banco de dados riquíssimo oriundo dos convênios, trocam experiências com profissionais em campo. Tudo isso é positivo e imensurável — pondera Oppermann.

E no que, então, foram investidos os outros R\$ 18 milhões, que representam a maior parte dos convênios? Em bolsas. A maioria para alunos, mas, em muitos casos, também para professores — mesmo que eles já recebam até 50% de adicional no salário pela dedicação exclusiva. Ou seja, professores ganham em duas rubricas.

OS VALORES DOS PROJETOS NA UFRGS

	 PROJETOS 2014	 R\$ DOS PROJETOS	 R\$ PARA PROFESSORES	 R\$ PARA UFRGS	 R\$ PARA FUNDAÇÕES
EXTENSÃO	45	7.541.000	811.000 (10,7%)	362.000 (4,8%)	305.000 (4%)
SERVIÇOS	27	5.358.000	596.000 (11,2%)	300.000 (5,6%)	157.000 (2,9%)
PESQUISA	15	6.876.000	1.747.000 (25%)	373.000 (5,4%)	375.000 (5,4%)
COOPERAÇÃO	11	6.414.000	1.077.000 (17%)	238.000 (3,7%)	281.000 (4,4%)
TOTAL:	98	26.189.000	4.231.000 (16%)	1.273.000 (20%)	1.118.000 (4,2%)

Fonte: UFRGS

MESTRADO COM FREQUÊNCIA

duvidosa

ADRIANA IRION

Zero Hora

Um aluno da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ganhou notoriedade entre colegas. O médico Heider Aurélio Pinto virou motivo de alvoroço não tanto por ser uma autoridade do Ministério da Saúde, em Brasília – onde ocupa cargo relevante – mas porque teria conquistado o título de mestre em Saúde Coletiva sem frequentar o mínimo de aulas necessárias em Porto Alegre (RS). Titular da secretaria que gerencia o Programa Mais Médicos, Heider defendeu dissertação em agosto de 2014.

Antes de se tornar aluno, Heider já tinha uma relação de parceria com a UFRGS, como representante do Ministério da Saúde. A universidade tem na pasta um aliado para convênios e projetos.

Comparando informações das disciplinas em que ele foi aprovado com dados do Portal Transparência do Governo Federal, foi constatado que em pelo menos 42,6% dos dias de aula Heider estava em viagens pelo país, com diárias pagas pelo Ministério da Saúde. Mesmo se tivesse ido em todas as outras aulas, ele só atingiria 57,4% de frequência geral do curso. O percentual de presença para aprovação, no entanto, conforme regras da universidade, é de 75% em cada atividade. O rastreamento de informações mostra que de 61 dias de aula, em 26 o médico não poderia estar presente porque cumpria viagens a trabalho.

O Portal Transparência não detalha em todos os casos o percurso das viagens. Mas só em quatro das 26 jornadas a capital gaúcha consta como um dos destinos de Heider. Se considerada a possibilidade de que ele tenha conseguido estar em sala de aula durante algum destes compromissos oficiais, o percentual de ausência, por conta de viagens a trabalho, cairia dos 42,6% para 36% – ainda assim, a presença estaria aquém da exigida para aprovação.

Outro dado curioso é que mesmo diante deste cenário, os registros no histórico de Heider apontam 100% de frequência em sete de 13 disciplinas oferecidas em Porto Alegre. E mais: indicam que ele foi um aluno nota 10, já que passou com conceito A em todas as matérias. As informações constam do histórico escolar do aluno que tem data de 12 de março de 2014.

A UFRGS e a coordenação do mestrado defendem que o médico preencheu todas as exigências para conquistar o título de mestre. Também traduzem a importância que Heider, 38 anos, tem peram-

2011

Heider ingressou no Ministério da Saúde dirigindo o Departamento de Atenção Básica.

2012

O mestrado em Saúde Coletiva teve atividades desenvolvidas entre o segundo semestre de 2012 e o segundo semestre de 2014.

2014

Desde abril do ano passado, ocupa o cargo de secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, setor que gerencia o Mais Médicos.



te a instituição.

—Ele foi diretor de atenção básica do Ministério da Saúde. Conheço ele como autoridade nacional. O encontrei quando buscava estabelecer convênios para a universidade, para a atenção básica, em cima das negociações do Hospital Odontológico. A gente quer uma parceria nesse campo, com o Ministério da Saúde. E o Heider tem uma expertise enorme. Ele pode compensar as atividades de aluno mediante trabalhos, seminários. A pós-graduação tem essa elasticidade de assimilar as experiências dos alunos para estabelecer um programa melhor ainda – diz o vice-reitor, Rui Oppermann.

A vice coordenadora do mestrado em Saúde Coletiva, Stela Nazareth Meneghel, pondera que eventuais queixas podem ter surgido por ressentimento:

—Na pós-graduação muitas experiências – tanto um congresso quanto um seminário – podem compor parte da carga horária. Isso significa que nem todos vão ter os mesmos conteúdos dentro da carga horária total. Para um aluno que ficou em sala de aula 30 horas presenciais, se o outro teve 15 horas em outro local, ele pode se sentir ressentido, sim. A gente vive numa sociedade extremamente competitiva, individualista.

Sobre o desempenho de Heider, Stela garante ter sido o suficiente para aprovação dentro das regras.

—Posso assegurar que ele teve frequência, não 100%, mas a mínima nossa, que é 75%, para as (disciplinas) obrigatórias. Algumas foram feitas condensadas, sexta e sábado, até domingo. Ele teve frequência mínima nas obrigatórias. É um excelente profissional, nos sentimos honrados de ter entre nossos alunos profissionais do Ministério da Saúde, isso significa mais um selo de avaliação e de validação da nossa universidade e nosso mestrado.

A boa relação entre UFRGS e Ministério da Saúde é inegável. Uma das iniciativas que marcam essa parceria é a Rede Governo Colaborativo em Saúde. A coordenação nacional do projeto é feita na UFRGS, sob responsabilidade do professor Alcindo Ferla, orientador de Heider na pós-graduação.

Heider ingressou no Ministério da Saúde em 2011 para dirigir o Departamento de Atenção Básica. Desde abril de 2014, ocupa o cargo de secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, setor que gerencia o Mais Médicos. Ferla, e o professor Ricardo Burg Ceccim, coordenador do mestrado, também tiveram atuação no Ministério da Saúde. Mesmo admitindo a relação anterior com os dois, Heider refuta que tenha sido favorecido no curso:

—Atualmente, como as demais secretarias do Ministério da Saúde, posso ordenar despesas com universidades e, claro, essas cooperações são realizadas com as universidades públicas. A secretaria que dirijo se relaciona com mais de 80 universidades. Considero um absurdo tentar relacionar minha atuação pública enquanto gestor com qualquer tipo de favorecimento no programa de pós-graduação, tendo eu prestado concurso, cumprido todas as regras do programa e tendo produzido cinco artigos e um capítulo de livro, quando a média do número de artigos da maioria dos demais alunos do mesmo programa foi de um artigo submetido.

UFPR É
USADA
PARA

DRIBL E **EM**

LICITAÇÕES

NO DNIT E NA PETROBRAS

FELIPE ANÍBAL
Gazeta do Povo

A Petrobras e o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) vêm usando a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para driblar licitações públicas – sobretudo em obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Enquanto um núcleo restrito de professores recebe bolsas polpudas para análises técnicas que deveriam ser contratadas por concorrência, mais da metade das verbas vai para as mãos de empresas e profissionais externos, subcontratados em um processo pouco transparente.

E não é pouco: 24 acordos analisados movimentaram R\$ 74 milhões. Só com o DNIT, os convênios passam dos R\$ 58,8 milhões. São operacionalizados por um único núcleo: o Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (IT-TI), vinculado ao Departamento de Transportes da UFPR, e sediado em uma sala de aula comum do Centro Politécnico. A maioria dos serviços diz respeito a obras realizadas em estados distantes – como Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins e Manaus – onde a UFPR sequer tem estrutura.

A parceria com a Petrobras mantém pelo menos 11 acordos, que somam R\$ 15 milhões. Estes, por sua vez, estão pulverizados em diferentes departamentos. Outro convênio com a Companhia Paranaense de Energia (Copel) – orçado em R\$ 2,2 milhões – segue os mesmos moldes.

Conforme a Lei de Licitações, o poder público é dispensado de concorrência ao fazer acordos com instituições de ensino. Mas um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) e outra lei federal (a 8.958) proíbe subcontratar “as parcelas mais relevantes” do objeto. A questão é que o índice de terceirizações nesses convênios tem ultrapassado com folga os 50% do volume financeiro dos projetos. É como se a UFPR tivesse atuado como uma agenciadora, repassando serviços a empresas e profissionais. Ao mesmo tempo, o grande índice de subcontratações torna difuso o benefício acadêmico na parceria. Por exemplo, a universidade recebeu do Dnit R\$ 1,8 milhão para atuar no projeto conhecido como Passo do Jacaré, em Mato Grosso do Sul. Mais de 53% deste valor (R\$ 983,9 mil) foram destinados a outras empresas.

CONTRAPONTO

O DNIT e a Petrobras afirmam, por meio de nota, que não poderiam ter licitado para a iniciativa privada os serviços prestados por meio das parcerias com a UFPR, pois a universidade tem notório saber nas áreas em que foi chamada a atuar. A Petrobras disse que as parcerias têm natureza de pesquisa, e não de serviços. O DNIT, por sua vez, disse que os termos de cooperação com a UFPR foram firmados para “**compartilhamento de conhecimento para normatização**”. Por conta disso, o órgão afirma que não poderia ter contratado empresas de mercado, já que a normatização será aplicada, posteriormente, nos negócios destas mesmas companhias, caracterizando conflito de interesses.

PROFESSORES TERIAM

LUCRADO R\$ 10 MILHÕES

EM CONVÊNIO COM PETROBRAS

LAURO NETO
O Globo

Um contrato de R\$ 17 milhões entre a Petrobras e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) é alvo de investigação pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF-RJ). Entre as irregularidades apontadas pela Controladoria Geral da União (CGU), estão o fato de que seis professores de dedicação exclusiva da universidade recebiam também como pesquisadores-bolsistas e sócios de empresas subcontratadas sem licitação, faturando quase R\$ 10 milhões, segundo documentos a que o jornal O Globo teve acesso desde 2012.

Em 2008, a Unirio e a Petrobras firmaram um convênio de R\$ 17,16 milhões para executar um Projeto de Desenvolvimento de Metodologia e Técnicas de Modelagem em Processos de Negócios e Administração de Dados. As obrigações junto à estatal foram, então, assumidas pela Fundação de Apoio e Pesquisa, Ensino e Assistência à Escola de Medicina e Cirurgia e ao Hospital Universitário Gaffrée Guinle (Funrio).

A partir daí, quatro empresas foram subcontratadas. Todas tinham, como sócios, professores da Unirio, com dedicação exclusiva, que faturaram cerca de R\$ 2 milhões. Cada um dos seis professores envolvidos, segundo a CGU, teria recebido R\$ 907.290 em bolsas como pesquisadores sêniores durante os 48 meses do projeto.

CONTRAPONTO

Procurados por O Globo, nenhum dos professores quis se manifestar.

Em nota, a Unirio alega que o repasse de verbas para o projeto foi autorizado a partir do termo de cooperação firmado entre a universidade e a Petrobras. Porém, **“a execução orçamentária é de responsabilidade dos professores do projeto”**.

A Petrobras comunicou, em nota, que o termo de cooperação tinha como objetivo a cooperação científica e tecnológica para desenvolvimento de metodologias e técnicas de modelagem de processos de negócio e administração de base de dados. O aporte total foi de R\$ 15,19 milhões, e os recursos só eram liberados após a medição e fiscalização das pesquisas.

NA UFSC,

BRECHAS

ABERTAS

LUIS ANTONIO HANGAI
Diário Catarinense

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) são movimentados cerca de R\$ 195,8 milhões pelas quatro principais fundações que atuam no maior campus do Estado, em Florianópolis, segundo dados do Tribunal de Contas da União (TCU). O volume é grande, mas a transparência, não: órgãos de controle apontam falhas na prestação de contas, consideradas brechas para atos irregulares.

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu) é a de maior volume financeiro no Sul do país – em 2014, teve R\$ 137,7 milhões em despesas executadas. É investigada tanto pelo Ministério Público Federal quanto pelo Ministério Público de Santa Catarina por irregularidades na aplicação de verba pública em repartições da universidade. A averiguação é por suposto fornecimento de “bolsas permanentes” de pesquisa e extensão a professores com dedicação exclusiva à universidade. De acordo a promotoria, os recursos repassados podem ter se tornado rotineiros, funcionando como uma espécie de salário fixo aos beneficiários, o que contraria a lei.

O mais recente relatório da regional catarinense da Controladoria Geral da União (CGU), referente às contas da UFSC de 2013, assinala uma série de pontos de atenção. Entre as recomendações estão o impedimento de novos contratos e convênios com entidades inadimplentes e mais transparência nas informações sobre projetos em andamento. A CGU também alerta que a UFSC descumpra hoje a legislação por não atualizar os dados no Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv), um sistema digital para o controle de transferências de recursos.

O QUE DIZ A FAPEU

O superintendente da Fapeu, Gilberto Vieira Angelo, disse que o processo no MP só é iniciado após a aceitação de um promotor e afirma desconhecer que isso tenha acontecido. Segundo ele, a fundação não foi notificada em nenhum momento pela 25ª Promotoria de Justiça a respeito do processo em andamento, tampouco foi convocada a prestar qualquer tipo de esclarecimento.

– As bolsas são pagas dentro da lei, sempre vinculadas a projetos. As pessoas podem receber bolsas, mas, encerrado o projeto, ela acaba. Toda a relação que envolve professores, técnicos e estudantes é pública e consta no nosso portal de transparência – disse o superintendente.

ENTREVISTA

CARLOS VIEIRA
Chefe de gabinete da
reitoria da UFSC

“Os ajustes estão em andamento”

De que forma a UFSC tenta solucionar problemas de transparência nas contas?

Quando às bolsas, desde 2012 nós desenvolvemos um sistema que pega os salários de cada professor através do CPF para que cada fundação tenha elementos credenciados para evitar que o valor ultrapasse o teto. Anterior a este sistema, temos processos em andamento, no qual alguns professores estouraram o teto dos servidores e agora estamos tentando corrigir isso através de processos administrativos, levantados pela CGU, e nós encaminhamos para que eles devolvessem o dinheiro ou justificassem. Está tudo em processo de análise. Como envolve direito administrativo e há amplo direito de defesa, não posso fornecer mais detalhes a respeito disso. Em relação à transparência dos convênios, estamos caminhando para usar o Siconv, com as notas na internet. Existe uma resistência das fundações porque você precisa ficar online prestando conta. Temos diversas prestações de conta, por volta de 350 convênios e contratos em andamento pela pró-reitoria de administração.

A UFSC peca em lançar os dados no Siconv. Qual a estratégia de aprimoramento?

Através de uma resolução vamos prever como as prestações de contas deverão ser feitas e possivelmente será fixado o encaminhamento dos dados para este sistema (Siconv). Atualmente as fundações disponibilizam os dados. Nós temos alguma coisa dentro da Proad-UFSC, mas para nível de acesso, você não assegura que as informações estarão completamente acessíveis. Por isso, temos que estabelecer o encaminhamento para um sistema único. Está em andamento.

Quais os avanços da universidade em função dos apontamentos da CGU?

De 2012 para cá, reduzimos de cerca de 186 recomendações da CGU para 106. E acreditamos que até o final desta gestão iremos chegar a um número mínimo dessas recomendações. Nós temos trabalhado em vários aspectos. Na transparência, na prestação de contas, no patrimônio, este que sempre foi um problema para a universidade.

ENTREVISTA

CARLOS ALBERTO RAMBO
Chefe regional
da CGU em SC

“As informações devem ser públicas”

No último relatório referente ao exercício de 2013, a CGU apontou falhas de transparência na UFSC. De lá para cá, a universidade tem apresentado melhoras?

Primeiramente, cabe ressaltar que esta Controladoria está realizando o acompanhamento do atendimento das recomendações constantes dos relatórios de auditoria. Algumas falhas apontadas no citado relatório são recorrentes, tendo sido identificadas em exercícios anteriores e que ainda não foram resolvidas pela unidade.

Num cenário hipotético e ideal, o que a UFSC e as fundações de apoio deveriam providenciar para ter maior transparência?

A plena divulgação dos projetos por parte da UFSC e das fundações de apoio permite maior transparência ativa, facilitando o acompanhamento das partes interessadas e pela sociedade. A universidade, por meio do Órgão Colegiado Superior, deve tornar públicas as informações sobre sua relação com a fundação de apoio, explicitando regras e condições, bem como a sistemática de aprovação de projetos, além dos dados sobre os projetos em andamento, tais como valores das remunerações pagas e seus beneficiários. Cabe destacar, ainda, que, nos projetos desenvolvidos por meio das Fundações de Apoio, estas também são responsáveis pela divulgação dos instrumentos contratuais, relatórios de execução dos contratos, relação de pagamentos e outras informações necessárias para a transparência dos gastos.

Quais são os fatores prioritários para impedir a falta de transparência?

De um modo geral, pode-se dizer que é necessário o cumprimento integral da legislação já existente. A Lei nº 8958, de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto 7423, de 31 de dezembro de 2010, já traz uma série de obrigações tanto para as instituições federais de ensino quanto para as fundações de apoio.

EM SÃO PAULO, FUNDAÇÕES SÃO

QUESTIONADAS

PAULO SALDAÑA
O Estado de S. Paulo

Negócios paralelos, que confunde as esferas pública e privada, têm colocado as três universidades estaduais de São Paulo – USP, Unesp e Unicamp – na mira de tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. Intermediações de convênios federais com terceirização de serviços, aluguel de espaço público, gestão de verbas da própria universidade e cobrança de taxas de administração são algumas das irregularidades envolvendo a atuação de fundações privadas ligadas às universidades. A cobrança por cursos continua ganhando espaço.

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as atribuições e a gestão de recursos de uma fundação privada se misturam com as da própria instituição. A Funcamp gerencia almoxarifados, reforma e gere hospitais (há um convênio no valor de R\$ 711 mil com o Hospital das

Clínicas) e cobra taxa de administração de 6%. São atividades não permitidas e distantes da finalidade da fundação. A Funcamp também recebeu recursos originários da universidade, como taxas de inscrição em vestibulares, de formaturas, comercialização de livros, publicações de periódicos, venda de camundongos, softwares, mudas, plantas e realização de eventos.

Praticamente toda atuação da Funcamp foi considerada irregular pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) no fim do ano passado – seria uma “terceirização exagerada”. O convênio feito para tocar as atividades é prorrogado desde 1987, o que por si só já viola a legislação.

Uma das principais fundações de apoio à USP, a FUSP, foi questionada pela Controladoria Geral da União (CGU) em dezembro. Ela é titular de um convênio com o Ministério da Cultura (MinC) para o projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Além de intermediar

UNIVERSIDADES S.A.

Trabalharam nesta reportagem os seguintes repórteres, editores, designers e fotógrafos:

ZERO HORA

Adriana Irlon
Humberto Trezzi
Rodrigo Lopes
Rodrigo Muzell
Diego Perin
Luan Ott
Lauro Alves
Omar Freitas
Douglas Roehrs
Thais Longaray

DIÁRIO CATARINENSE

Luis Antonio Hangai
Karina Silveira
Mayara Rinaldi
Raquel Vieira

O GLOBO

Lauro Neto
Antonio Gois
William Helal Filho

O ESTADO DE S. PAULO

Paulo Saldaña
Ana Carolina Sacoman
Clayton de Souza

GAZETA DO POVO

Felipe Anibal
Marisa Boroni Valério
Ana Caroline Olinda
Guilherme Storck
Brunno Covello
Marcelo Andrade

o serviço, o que é ilegal, a FUSP ainda subcontrataria uma ONG, chamada Capina, para o projeto de economia criativa. Também cobrava um aluguel pelo uso de um dos espaços da universidade, no valor de R\$ 79 mil. Depois que a CGU reprovou o convênio, de R\$ 502 mil, a União congelou o repasse do MinC. A USP informou que trabalha para avançar com a proposta, argumentando que a “interrupção tem acarretado desmobilização da equipe e dos empreendimentos”.

Notícias do Dia Entrevista

“Reduzir a desigualdade passa por repensar a educação”

Desigualdade / Educação / UFSC / Roselane Neckel / Departamento de História / Programa de Pós-Graduação em História / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Santa Catarina / Lei das Cotas / Ensino superior / Políticas públicas sociais / Brasil / Reorganização administrativa / Segurança / Pátria educadora

Educação precisa ser repensada

Reitora da UFSC, Roselane Neckel, fala sobre a necessidade de reduzir a desigualdade e garantir possibilidades de ensino a todos.

Página 23



MARCO SANTIAGO/ND

Reduzir a desigualdade passa por repensar a educação

KELI MAGRI
keli.magri@noticiasdodia.com.br
@ND_online

Para a atual reitora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Roselane Neckel, o futuro da educação no país depende de pelo menos duas ações prioritárias: a valorização salarial dos professores e a inclusão da ética e do caráter na formação dos alunos. Neste contexto, as universidades têm um papel importante: compartilhar a responsabilidade. Defensora da Lei das Cotas para o acesso ao ensino superior e das políticas públicas sociais adotadas pelo governo, ela aposta no "tratamento diferenciado para quem é diferente" como medida capaz de reduzir a desigualdade e equilibrar as possibilidades. Para a reitora, enquanto o Brasil não conseguir garantir os mesmos direitos para todos, precisa pelo menos aumentar o acesso a eles.

Que avanço a senhora aponta nos últimos anos à frente da UFSC?

O mais importante de tudo foi a reorganização administrativa da universidade, que passa pela transparência dos processos que envolvem licitações, compras e projetos realizados com empresas e com o setor público. Com isso, criamos a Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional, que tem como missão avaliar todos os processos administrativos dentro da UFSC, para checar se todos estão conforme determina a lei. Isso é gestão, o aprimoramento dos objetos de controle e a organização administrativa. Porque a UFSC é, inegavelmente, reconhecida pela produção acadêmica, temos 584 grupos de pesquisas, 450 convênios com mais de 50 países, 8.000 projetos de extensão e formamos 32.500 alunos.

Quais as ações concretas para diminuir o número de ocorrências na universidade e aumentar a segurança?

Ações estão sendo feitas. Fechamos os portões para diminuir a circulação à noite e contratamos 102 porteiros para liberar os vigias que estavam dentro dos prédios. Com isso, aumentamos as rondas no campus. Também melhoraremos a iluminação e estamos pedindo para os alunos registrarem Boletins de Ocorrências quando sofrerem delitos, para comprovarmos a necessidade de mais segurança, já que a polícia não tem os mesmos números de ocorrências.

O governo lançou como lema do novo mandato "Brasil, Pátria Educadora". Quais medidas a senhora considera



“Cada vez mais nós temos que discutir a formação de pessoas nas universidades, principalmente na questão de caráter, valores éticos.”

fundamentais para que o lema não fique apenas no discurso?

Há uma necessidade de repensar a educação na perspectiva da formação da ética e do caráter, porque Pátria Educadora não é só escola, é em todos os níveis, é uma responsabilidade compartilhada. Em uma sociedade capitalista, consumista, em que os pais estão trabalhando para sustentar os filhos, quem vai ensinar as crianças de que "fazer mal a outro homem ou outra mulher é irracional"? Quem está educando nossos jovens quando todo mundo está ocupado? Este é desafio que deve passar pela mudança na grade curricular de ensino e em todo o sistema educacional do país.

Qual o papel das universidades neste contexto?

Assumir também essa responsabilidade. Nós recebemos jovens do ensino fundamental e médio e nós temos que educá-los. Cada vez mais nós temos que discutir a formação de pessoas nas universidades, principalmente na questão de caráter, de formação de valores éticos, repetido à diversidade cultural, repetido ao outro. Nós não estamos fazendo isso na grade curricular, mas em programas dentro da universidade, como a distribuição de cartilhas aos calouros contra a violência, às práticas sexistas, racistas, xenofóbicas, todo tipo de preconceito e violência psico-

lógica e não psicológica nos trotes universitários. É o primeiro passo. O segundo é criar um grupo de apoio psicossocial, que acolhe o estudante e debate temas como estes.

A política de cotas é um passo para essa formação?

Certamente, porque se nós não constituirmos políticas públicas que façam com que haja um tratamento diferenciado para quem é diferente, nós não estaremos dando oportunidades. O que a educação é na vida de uma criança com oito anos de idade no ensino fundamental? Ela dá esperança de que lá na frente ela terá oportunidades no mesmo em situação desigual. Eu fui professora do ensino fundamental, aos 18 anos, no bolsista em uma escola no Ribeirão Preto. E foi essa experiência que definiu muito do que eu penso sobre educação hoje. Era uma sala dividida por estantes com 30 alunos da 5ª série e ninguém sabia ler. Era crianças carentes, do Pedregal. E eu era obrigada a dar aula sobre a história da Europa. Eles nem sabiam se localizar, que estavam em um bairro de uma cidade que é Capital de um Estado brasileiro. Ai eu me uni com a professora de português para, primeiro, ensinar a ler. Mudamos tudo. Quando eles se localizaram e aprenderam a ler, começaram a sonhar com o que queriam ser. Um queria ser astronauta, outro cientista... Olha a perspectiva de futuro! Olha o que a educação faz! Dar acesso é dar esperança. É dar perspectiva. Investir no ensino médio público é importantíssimo, mas enquanto não se tem níveis educacionais iguais no país, é preciso investir em políticas públicas de inclusão, porque se isso não acontecer, o acesso às universidades será de alguns, restringindo um direito que é de todos. As cotas representam o equilíbrio de possibilidades.

Roselane Neckel,
Reitora da UFSC

É professora do Departamento de História e atua, também, como professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

Tem licenciatura em História pela UFSC (1988), mestrado (1993) e doutorado (2004) em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Foi vice-diretora (2004) e diretora (desde 2008) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. Publicou, pela editora da UFSC, em 2010, o livro "UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios".

Veja mais sobre o assunto em ndonline.com.br

● A coluna "A Vida Segue" é publicada nesta página de terça-feira a sábado

Diário Catarinense Meio Ambiente

“Coral-sol traz riscos à vida marinha”

Projeto Coral-sol / Vida marinha / Ilha do Arvoredo / Santa Catarina / Biodiversidade marinha / Reserva Biológica Marinha do Arvoredo / Ilha da Galé / Alberto Lindner / Monitoramento ambiental / MAArE / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Rio de Janeiro / Oceano Pacífico / Brasil / São Paulo / Espírito Santo / Bahia / Simone Siag Oigman Pszczol / Instituto Brasileiro de Biodiversidade / Ilha Grande / *Tubastraea coccinea*

Coral-sol traz riscos à vida marinha

GRUPO DE PESQUISADORES identificou pelo menos 100 colônias da espécie invasora no verão de 2015 na Ilha do Arvoredo, no Estado. Equipe trabalha para localizar e erradicar a presença de organismo originário do Pacífico em Santa Catarina

KARINE WENZEL
karine.wenzel@diario.com.br

Colônias de pouco mais de três centímetros de diâmetro podem representar um grande risco para a biodiversidade marinha de Santa Catarina. Descobertas de novos focos da espécie invasora coral-sol, inclusive em outra ilha da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, preocupam pesquisadores no Estado. A espécie, que foi encontrada pela primeira vez em SC em 2012, já soma mais de 1,2 mil colônias na região. Quase todas já foram retiradas do oceano.

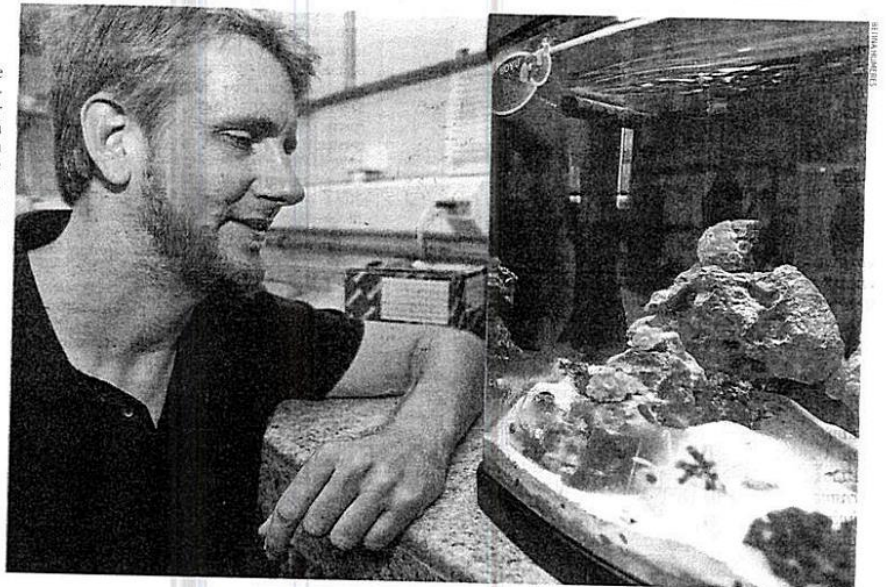
Neste verão, pesquisadores encontraram pelo menos 100 colônias na Ilha do Arvoredo e duas na Ilha da Galé.

É preocupante porque mostra que tem foco não só na Ilha do Arvoredo, mas em pelo menos outra ilha dentro da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. Inicialmente achamos que estava concentrado em um ponto, mas agora só na Ilha do Arvoredo temos quatro pontos – afirma Alberto Lindner, responsável pelo monitoramento de espécies exóticas e invasoras do projeto Monitoramento Ambiental da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e Entorno (MAArE), executado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

RIO DE JANEIRO TEVE OS PRIMEIROS FOCOS

Lindner explica que a espécie é originária do oceano Pacífico e possivelmente chegou ao Atlântico trazida em cascos de navios. O primeiro ponto em que foi encontrada no Brasil foi o Rio de Janeiro, área mais atingida pela espécie invasora. Em 2008, surgem os primeiros focos em São Paulo. Depois disso, aparecem no Espírito Santo, Bahia e Santa Catarina, ponto mais ao sul na costa brasileira onde já foi encontrado.

Simone Siag Oigman Pszczol, coordenadora-geral do Projeto Coral-Sol do Instituto Brasileiro de Biodiversidade, afirma que em 2006 a estimativa era que no Rio havia mais de 3 milhões de colônias, com pontos que chegavam a



ter 700 por metro quadrado:

– Precisamos controlar e erradicar para conservar a biodiversidade marinha. Em Ilha Grande, no Rio de Janeiro, pode prejudicar até o turismo.

O coral-sol expulsa as espécies nativas do paredão rochoso, incluindo algas e esponjas, por exemplo, e pode impactar na cadeia alimentar de peixes. No Rio de Janeiro, ele ainda causa a necrose de outro coral. Para dificultar o processo de controle da espécie, a retirada é manual, com marreta, e o coral pode viver por décadas. Além disso, poucos organismos são predadores da espécie.

O coral-sol encontrado em Santa Catarina é da espécie *Tubastraea coccinea*. Ele é hermafrodita ou seja, pode produzir gametas femininos e masculinos. As larvas se desenvolvem dentro de cada pólo e são liberadas pela boca. Então fixam-se no costão rochoso, sofrem metamorfose e dão origem a uma nova colônia. Cada pólo tem tentáculos que capturam pequenos organismos para se alimentar, e uma boca.

Alberto Lindner é responsável pelo monitoramento do coral-sol, o organismo laranja no aquário

Expansão

Não há indícios de que a espécie esteja se expandindo fora da Reserva do Arvoredo e no entorno, mas o monitoramento deve ser constante.

PONTOS DE INVASÃO DO CORAL-SOL EM SANTA CATARINA



Fonte: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Oceanógrafa Bruna Folchini Gregoletto e Projeto MAArE

1ª Corrida de Canoa a Vela / São José / Feira da Freguesia / Centro Histórico de São José / Artesanato / Gastronomia / Lourival Medeiros / Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros / Ponta de Baixo / Praia do Sambaqui / Guto Matos / Fundação de Cultura e Turismo / Fundação de Esporte e Lazer de São José / Sebrae / NEA / Núcleo de Estudos Açorianos / UFSC / Acatmar / Associação Náutica Catarinense

Canoas na orla de São José

De olho no mar. Feira da Freguesia movimentada a manhã de domingo no Centro Histórico



Colorido. Canoas que participaram da competição eram de São José, Florianópolis, Bombinhas, Porto Belo e Itajaí

JULIETE LUNKES
juliete.lunkes@noticiasdodia.com.br

Levou um tempo até o vento soprar com mais intensidade na praia do Centro Histórico de São José para que as 15 canoas e batelões inscritos na 1ª Corrida de Canoa a Vela do município pudessem dar a largada com luvor na manhã de ontem.

O evento fez parte de mais uma edição da Feira da Freguesia, que mensalmente movimentou o centro da cidade com exposições e venda de artesanato e produtos variados,

gastronomia e apresentações artísticas. Com objetivo de trazer de volta também o olhar da região para o mar, prejudicado pela urbanização crescente do município, a corrida deve ser a primeira de uma série de iniciativas que irão valorizar a orla de São José.

"É uma felicidade enorme ver essa praia colorida de canoas. Essa será só a primeira de muitas, já estamos pensando em um circuito anual. É preciso resgatar as canoas que estão guardadas e trazê-las para a praia, elas precisam de sal, pre-

cisam ser salgadas", afirmou instantes antes da largada o coordenador da corrida, Lourival Medeiros, que é diretor da Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros, localizada na Ponta de Baixo.

"Precisamos dar um novo olhar para o mar. Há quanto tempo as pessoas não pisavam nessa areia? Temos que continuar prestigiando o Centro Histórico e trabalhar mais com o mar", acrescentou o coordenador, que há anos sonhava com a retomada das atividades marítimas em São José e pode ver

esse anseio realizado a partir do próprio esforço.

Marcada inicialmente para às 10h, a largada foi dada com uma hora de atraso e emocionou o público que desde cedo começava a se espalhar pela orla. Apesar de ser uma iniciativa encabeçada por São José, embarcações de diversas cidades da região participaram da competição, entre elas Florianópolis, Porto Belo, Bombinhas e Itajaí.

É representante da Capital, aliás, a vencedora da prova. Vinda da praia do Sambaqui, a

canoa Conceição chegou menos de uma hora após a largada no comando de Guto Matos, acompanhado do filho Gustavo. Logo atrás, na segunda posição, chegou à orla a canoa Gilda, com mais dois membros da família Matos, Izabel e Daniel, também filhos de Guto.

Promovida pela Fundação de Cultura e Turismo e pela Fundação de Esporte e Lazer de São José, a competição contou com parceria do Sebrae, do NEA (Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC) e da Acatmar (Associação Náutica Catarinense).

Notícias do Dia Geral

“Estudantes analisam rios da Ilha”

Mestrado / Oceanografia / UFSC / Poluição / Assoreamento / Rios Papaquara e Ratonos / Carijós / Bacia de Ratonos / Universidade Federal de Santa Catarina / Laboratório de Análise de Água da Estação Ecológica de Carijós / Alessandra Fonseca / Florianópolis / ICMBio / Instituto Chico Mendes da Biodiversidade / Claudinei Rodrigues / Andresse Gnoato / Projeto Uçá / ONG Guardiões do Mar

Pesquisa avalia os rios da Ilha

Turma de mestrado de Oceanografia da UFSC estuda impacto da poluição e assoreamento nos rios Papaquara e Ratonos.

Página 13

Estudantes analisam rios da Ilha

Carijós. Amostras vão mostrar níveis de assoreamento e poluição na bacia de Ratonos

Poluídos e assoreados, os rios Papaquara e Ratonos foram tema de aula prática da turma de mestrado da oceanografia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), com apoio do Laboratório de Análise de Água da Estação Ecológica de Carijós, Norte da Ilha.

Orientados pela professora Alessandra Fonseca, responsável pelas atividades laboratoriais em Carijós entre 2005 e 2007, os alunos de mestrado aprenderam métodos de coleta e análise química para a disciplina biogeoquímica do carbono, nitrogênio e fósforo e mudanças globais. A coleta foi feita em pontos específicos dos principais formadores daquela gleba do manguezal na bacia hidrográfica Ratonos.

O trabalho de campo consiste na comparação do fluxo de materiais particulados e nutrientes entre terra e mar, avaliação dos impactos da urbanização da região Norte da Ilha, particularmente das comunidades do entorno de Carijós. Também fazem parte das pesquisas os efeitos da influência marinha

sobre o estuário da baía norte de Florianópolis.

De acordo com o analista ambiental do ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade) Claudinei Rodrigues, atual responsável pelo Laboratório de Análise de Água de Carijós, o estudo da variabilidade física e química da situação ambiental dos rios Papaquara e Ratonos durante o ciclo das marés é de grande importância científica e social.

Segundo Rodrigues, o estudo ajudará a entender a dinâmica das águas dos dois maiores rios na área da estação ecológica. “E, consequentemente, a compreender como as atividades humanas na bacia hidrográfica impactam a qualidade das águas que circulam pela unidade de conservação ambiental”, diz.

A atividade também teve participação na analista ambiental Luísa Lopes, da equipe do ICMBio, e da oceanógrafa Andresse Gnoato, educadora do Projeto Uçá, desenvolvido em Carijós em parceria com a ong Guardiões do Mar. (Edson Rosa)

Terrenos de marinha / Santa Catarina / Dário Berger / Senado federal / PEC 53/2007 / Almeida Lima / Sergipe / Império / União / IPTU / Sergio Carone Guedert / Guedert Advogados Associados / Pós-Graduação em Engenharia Civil / UFSC / Obéde Pereira de Lima / Marés / Preamar

EM DIA

O FIM DOS TERRENOS DE MARINHA



GRACIELLA MARTIGNAGO

Consultora econômica da Fiesc e professora da Unisul
graciellamartignago@gmail.com

No início deste mês, o Estado de Santa Catarina, através do senador Dário Berger, defendeu na tribuna do Senado federal a aprovação da proposta de emenda à Constituição que acaba com os terrenos de marinha e seus acrescidos, a PEC 53/2007, de autoria do senador Almeida Lima, de Sergipe.

Os terrenos de marinha são as faixas de terras da costa brasileira que estão a 33 metros do mar, tendo como referência as marés do ano de 1831. A distância de 33 metros correspondia, na época do Império, à metragem necessária para o deslocamento de um pelotão – condição necessária para a proteção do território nacional. Com base nisso, esses terrenos são de propriedade da União desde aquela época, que cobra anualmente uma taxa dos ocupantes dos terrenos que lhes são concedidos. Além de pagar a taxa anual, os ocupantes são obrigados a pedir autorização caso queiram fazer algo nessas localidades (autorização pode demorar décadas) e pagar o IPTU para as prefeituras.

Como esclarece o advogado Sergio Carone Guedert, da Guedert Advogados Associados, esta concessão do direito de

uso é feita de forma precária e a qualquer hora a União pode cancelar discricionariamente a concessão, sem que assista ao ocupante qualquer direito de contestação.

Muitos são os estudos realizados sobre o tema, como a tese de doutorado defendida no programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UFSC pelo engenheiro Obéde Pereira de Lima. Segundo o autor, nos dias atuais, os estudos e pesquisas sobre marés no Brasil evoluíram muito e não mais se justifica a manutenção de uma referência temporal tão pretérita que, atualmente, não somente a linha de preamar de 1831 pode estar mergulhada, ao longo de toda a costa brasileira como também os próprios terrenos de marinha situados em planícies costeiras podem se encontrar totalmente cobertos pelas águas, durante as preamares.

Esse é apenas mais um exemplo de como estamos sujeitos à uma legislação anacrônica, ineficaz, injusta, complexa e imersos por insegurança jurídica. O Brasil não pode mais tolerar que isso se perpetue. Nossas instituições devem ser moldadas à realidade do século 21.

Diário Catarinense
Sérgio da Costa Ramos
"A sina do atraso"

Antoine de Saint-Exupéry / Correio Sul / Campeche / Costeira do Pirajubaé
/ Europa / Fazenda Ressacada / UFSC / Governo federal / Ministério da
Defesa / Rio Tavares / Estádio da Ressacada / Trevo da Seta / Aeroporto

A sina do atraso

Antoine de Saint-Exupéry, o lendário piloto-escritor de Correio Sul, confinava-se no Campeche, nas (poucas) vezes em que aterrissou no sul da Ilha, banhado em beleza. Não só porque gostava da companhia dos simples, dos ilhéus "autóctones" que viviam dos frutos do mar. O caminho para o centro da cidade no final dos anos 1920 e início dos 1930 era como se fosse uma picada aberta a facão. A "rodovia" coleou entre meandros e lombadas pela Costeira do Pirajubaé até o final do século 20.

Parece uma sina já consolidada na história do sul da Ilha. Até hoje qualquer iniciativa de quebrar esse isolamento é fortemente boicotada pelas forças do atraso.

Em 2001, o então presidente da Infraero esteve com o governador (Amin) com uma proposta: além do novo terminal, seria ampliada a atual pista, para permitir voos para a Europa. Uma terceira pista possibilitaria a operação de decolagens simultâneas, como seria próprio de um aeroporto internacional, "hub" do Sul do país. Esta era a razão do novo terminal situar-se no lado oposto ao da atual pista, entre as duas novas pistas – uma ampliada, outra totalmente construída para um aeroporto bem equipado, centro de operações de voos nacionais e internacionais.

Duas exigências foram feitas naquela época: o Estado construiria o novo acesso até o centro e transferiria a Fazenda Ressacada da UFSC para o governo federal, Ministério da Defesa. Ainda em 2001 foi consumada a concorrência para a construção de um elevador de 700 metros que, sobre o rio Tavares, preservaria o mangue e beneficiaria todo o novo acesso ao aeroporto e ao estádio da Ressacada.

Em 2003, o novo governo implodiu o acordo. E substituiu a modernidade pelo atraso do trevo da Seta. Hoje não temos nem acesso, nem novo aeroporto.

Como no tempo em que a Latécoère e o Correio Sul aterrissavam no Campeche.

Notícias do Dia
Geral

“Estudante representa o Brasil na Áustria”

Aviões de papel / Brasil / Áustria / Roberto Duarte Cidral / UFSC /
Universidade Federal de Santa Catarina / Campeonato Mundial Red Bull
Paper Wings / Brasília / Salzburg / Engenheiro Beltrão / PR / Florianópolis /



Notícias do Dia
Hélio Costa

“Assalto”

Rua Desembargador Vitor Lima / Bairro Carvoeira / Universidade Federal de
Santa Catarina / Assalto



Diário Catarinense
Cacau Menezes
"Poluição sonora"

Poluição sonora / UFSC / Escadaria do Rosário / Comcap / Baldomir Simon Lapolli

POLUIÇÃO SONORA

Segundo leitores, não é só nos arredores da UFSC que o pessoal não consegue dormir com o som alto que vem dos carros e das festas noturnas sem autorização – e também sem fiscalização – que os estudantes promovem quase todas as noites. “Esse inferno, infelizmente, não é desprivilégio dos moradores dos arredores da UFSC. Resido ao lado da Escadaria do Rosário, onde costumeiramente bandas inexpressivas e exóticas nos aterrorizam a 120 decibéis, até altas madrugadas, seguidas pela turma que, suponho dopada, continua a algazarra até o raiar do dia, quando chega a Comcap com uma caçamba para recolher entulhos como garrafas, copos, bitucas, seringas e o mais que podes imaginar, seguida de um caminhão-pipa para lavagem do xixi etc”, diz o morador Baldomir Simon Lapolli.

Notícias do Dia Carlos Damião "Uso da ponte"

Damian Prêve / UFSC / Trânsito / Marco turístico / Mobilidade urbana /
Ponte

Uso da ponte

Do professor Damian Prêve, da UFSC: "Já utilizamos este espaço para falar da nossa velha ponte, mas ela ainda merece considerações. Diante do estado em que encontra, é preciso esquecer que ela poderá um dia servir ao trânsito de veículos. Deve sim permitir que pessoas possam nela estar e senti-la como um marco turístico, além de criar cicloviarias para que ela, mesmo de forma modesta, possa participar da mobilidade urbana desta cidade à qual ela serviu por tantos anos. É uma sugestão!".

Notícias do Dia E-mails e Cartas "UFSC esclarece"

UFSC / Administração Central / Universidade Federal de Santa Catarina /
Bairros Pantanal e Carvoeira / Segurança / Som / Polícias Civil e Militar /
Estacionamento / Centro Tecnológico



E-MAILS E CARTAS

UFSC esclarece

A respeito da carta "Baderna e desrespeito", publicada na edição do dia 10 de abril do *Notícias do Dia*, a administração central da Universidade Federal de Santa Catarina esclarece que desde o final de 2014 os portões da instituição nos bairros Pantanal e Carvoeira são fechados durante a semana após as 23h e durante todo o dia aos sábados e domingos, por questões de segurança. A medida visa a evitar o acesso de carros de som que causavam incômodos à vizinhança do campus. Na rua citada pelo leitor há bares que produzem barulho à noite, e sobre esta questão a reitoria da Universidade não tem

qualquer ingerência. Desde 2012, a reitoria mantém contatos permanentes com as Polícias Civil e Militar para tratar de questões relativas à segurança no campus e em seu entorno, e ações e estratégias já foram adotadas para reduzir o número de ocorrências na região. Estão em andamento medidas para restringir o acesso, após as 23h, ao estacionamento da UFSC que fica em frente aos bares citados, franqueando-se o acesso apenas a docentes e discentes que desenvolvam atividades acadêmicas de pesquisa e extensão à noite, nas dependências do Centro Tecnológico.

Diretoria-geral de Comunicação da UFSC

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Notícias dia 11/04/2015

[Pesquisadores da UFSC descobrem menor flor de orquídea do planeta](#)

[Papel na cerâmica | Revista Pesquisa FAPESP](#)

["Graças a Deus existe um pouco de heterossexualidade no Direito"](#)

[Pesquisadores da UFSC descobrem orquídea de meio milímetro](#)

[Escola do interior de Araranguá recebe projeto ecológico de estudantes de Engenharia Civil](#)

Notícias dia 12/04/2015

[Fundações são alvos de investigação em universidades públicas do País](#)

[Aumentamos a transparência, diz chefe de gabinete da UFSC](#)

[Na UFSC, há brechas até para crimes](#)

[Entidades condenam agressão de Constantino a professora da PUC](#)

[Jaraquatec - Inovação é a palavra-chave](#)

Notícias dia 13/04/2015

[Pesquisadores descobrem novos focos de espécie invasora de coral em SC](#)

[Mortes: Jornalista que lutou pela liberdade](#)

[Curso em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da UFSC reabre inscrições](#)

[Diversidade, emoção e conquista: primeira formatura de Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC](#)

[Reitora da UFSC, Roselane Neckel, fala sobre a universidade e futuro da educação](#)

[Fórum Internacional sobre Mobilidade Urbana terá palestra de Mario Cezar de Aguiar](#)

[Cândido 45 trata da fragmentação](#)

[Justiça manda UFSC indenizar homem que teve carro furtado](#)

[Direito Civil Atual](#)

[UFPR: Editora da UFPR promove o "6º Feirão de Livros"](#)

[Mais de 16 mil vagas em concursos com inscrições hoje. Oportunidades em Sergipe. Confira!](#)